



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO
APRENDIZAGEM**

GLEICE CÁTIA VIANA DE SOUZA

BELO HORIZONTE, 2013

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Michelli Feital do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, a reflexão em torno da avaliação e da qualidade do ensino em nosso país, busca fazer uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal “Edgar Lima”, que busca através da Gestão Democrática rever suas formas de avaliação no processo de ensino aprendizagem. Perante a Gestão Democrática é possível compreender que o processo de avaliação se torna cada vez mais sério e participativo e visa à busca da própria identidade, sendo assim, tudo pode mudar e o compromisso com um trabalho qualitativo para atender melhor a comunidade escolar se torna o foco principal da escola. Deve-se reconhecer que a promoção da avaliação institucional participativa traz contribuições significativas, por possuir uma concepção democrática e formativa, por isso todos que dela participam, crescem. Por fim, refletir o que é avaliado pelo sistema e como é possível melhorar a qualidade do ensino através desta questão.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Avaliação, Participativo, Qualitativo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
O PPP E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	6
O EDUCANDO E A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM ..	8
A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXO.....	23
Projeto Político Pedagógico.....	23

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho surgiu da necessidade de realizar uma reflexão mais profunda sobre o processo de avaliação que desenvolvemos em nossa prática pedagógica, para que possamos aprimorá-lo no sentido de uma gestão democrática que garanta uma educação de qualidade para todos os envolvidos. Partimos da premissa que a avaliação é uma tarefa complexa, necessária e permanente no trabalho docente, e que deve caminhar interagindo com o processo de ensino e aprendizagem, no qual, se deve formular objetivos e a elaboração de métodos coerentes e diversificados para que se possam obter melhores resultados.

O método avaliativo não deve ser punitivo, promocional ou classificatório, e sim um método de recuperação e interação entre: professor-aluno, aluno-professor e aluno-aluno. Deve dar-se também, através da conscientização dos educadores e da necessidade de substituir hábitos ultrapassados, pois o jovem discente dos dias atuais convive com uma nova realidade, tais como: a tecnologia, a internet e a globalização.

Este trabalho é de fundamental importância, pois visa uma nova perspectiva de ensino, que nos coloque em contato mais direto com um conhecimento que dê conta de compreender a situação real em que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. Que nos possibilite a buscar novos recursos que sejam mais interativos, nos quais possamos despertar neste “novo” aluno um maior interesse pelo conhecimento que lhes é proporcionado.

O objetivo primordial desta reflexão é ajudar na formação de cidadãos críticos, conscientes, com a autoestima elevada e indivíduos atuantes na sociedade, visando também analisar metodologias e alternativas de modo a auxiliá-los em um trabalho de aprendizagem significativa, através de uma avaliação mais condizente com a realidade destes novos indivíduos. Buscamos também minimizar as dificuldades detectadas nos discentes desenvolvendo assim as habilidades da escrita e do raciocínio lógico.

O PPP E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Para desenvolver a análise crítica do processo de avaliação da Escola Municipal “Edgar Lima” observaremos o Projeto Político Pedagógico - PPP (2013), em anexo da escola para reflexão. De acordo com o PPP, para que a Escola cumpra com a sua função social, “todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, com o conhecimento e com a avaliação”, devem ser pensadas e refletidas contínua e coletivamente, visando o aprendizado de todos os envolvidos neste processo. Assim, estamos em busca da superação de antigos paradigmas e na busca concreta de um redimensionamento de nossa proposta de ensinar e de aprender coletivamente. Neste sentido a elaboração do PPP demarcou um momento importante na caminhada para uma efetiva possibilidade de um sistema educacional mais abrangente menos excludente, onde todos possam ter direito e acesso à escola de qualidade como cidadãos ativos, participantes e conscientes de seu papel na escola e na sociedade.

De acordo com o PPP (2013), a Escola Municipal “Edgar Lima” compreende que é seu papel “defender uma sociedade comprometida com valores éticos, e levar os indivíduos ao resgate dos princípios morais e humanitários”. Nesta perspectiva procuramos desenvolver uma pedagogia libertadora, considerando o conhecimento prévio dos alunos. Para que possam inserir-se na sociedade de forma que sejam capazes de aceitar e realizar as transformações necessárias, com respeito, solidariedade e liberdade de expressão, e ainda, que este aluno possa atuar em igualdade de condições buscando sempre o conhecimento. É neste sentido que através de seus planos de ação junto à comunidade, a Escola espera melhorar cada vez mais o processo de ensino-aprendizagem, ampliando seu atendimento, reestruturando seu currículo e avaliação e atendendo a demanda de seu entorno na área social.

Como já visa o PPP da Escola Municipal “Edgar Lima” a avaliação deve ser um processo, ou seja, deve acontecer durante o ano letivo em vários momentos e de diversas formas. Os educandos podem ser avaliados, por exemplo, por um trabalho em grupo, pela observação de seu comportamento e de sua participação em sala de aula, por exercícios e tarefas de casa. Assim, o educando pode exercitar e inter-relacionar suas diferentes capacidades explorando seu potencial e avaliando sua

compreensão dos conteúdos curriculares e seus avanços. Uma boa avaliação é aquela em que o educando também aprende.

A Escola Municipal “Edgar Lima” tem como objetivo geral de seu PPP “promover a melhoria do ensino-aprendizagem numa perspectiva de compromisso com a comunidade escolar de forma em que haja uma abertura para mudanças, críticas e diálogos” (PPP, 2013). Neste sentido todos são encorajados a pensar, falar, questionar e propor juntos soluções para os problemas cruciais da escola. A Escola se organiza administrativa e pedagogicamente, para propiciar aos profissionais da escola uma formação continuada que lhes permita cumprir com esse objetivo educacional. A formação visa capacitá-los na compreensão dos aspectos legais em relação à educação; a diagnosticar as principais dificuldades dos alunos; a desenvolver práticas significativas de aprendizagem e uma avaliação processual.

Em consonância com o calendário escolar, a escola promove a organização de tempos e espaços para realizar atividades coletivas e formativas. Estas são destinadas prioritariamente para planejamentos e replanejamentos, que se dão no final de cada trimestre; reuniões pedagógicas quinzenais onde se discutem ações, onde se dá momento de estudo e reflexão sobre habilidades e capacidades dos conteúdos das diretrizes curriculares; para elaboração de projetos e propostas metodológicas, análise dos resultados das avaliações internas e externas, troca de experiências, entre outros assuntos educacionais e de interesse dos envolvidos.

Outro espaço coletivo que a escola possui para desenvolver o processo avaliativo e formativo é o Conselho de Classe - órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos. Ele direciona sua atuação a cada classe do estabelecimento de ensino, sendo composto pelo diretor, vice-diretor, professores, supervisores pedagógicos, secretário escolar, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno. É feita a análise geral do desempenho dos alunos para que possa ser elaborado o desenvolvimento do plano de intervenção de cada turma. As reuniões são realizadas ordinariamente ao final de cada trimestre, em datas previstas no calendário escolar.

O Conselho de Classe é mais um espaço que a escola possui para realizar a discussão pedagógica do ensino-aprendizagem de forma situada e integrada, revelando aí a sua importância. Oportuniza aos professores redimensionar a sua

intervenção no processo de ensino, rever metodologias alternativas de trabalho, criar novos recursos didáticos, no sentido de conhecer melhor o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola e avaliá-los, no sentido de perceber se estão cumprindo com seus objetivos. Este é um recurso a mais que viabiliza a escola pensar e reorganizar o seu currículo e as suas práticas educativas, entre elas o processo avaliativo que desenvolve.

A Escola conta ainda com a coordenação pedagógica que participa da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola, cujo planejamento segue as diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico da escola. Atua junto aos professores no sentido de cumprir as metas estabelecidas no Projeto Pedagógico do estabelecimento de ensino, explicitando os seus componentes de acordo com a realidade da escola. Coordena a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar. Assessoria os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos adequados aos objetivos curriculares, redefinindo-os conforme a necessidade, os métodos e materiais de ensino. Participa da elaboração do Plano Curricular e do Calendário Escolar e articula os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico da escola, ajudando-os a definir suas atividades específicas. Participa sistematicamente, do processo de avaliação do trabalho pedagógico e da análise de seus resultados, com vistas à reorientação de sua dinâmica, inclusive da avaliação externa, identificando juntamente com os professores, as necessidades de elaboração de um Plano de Ação. Coordena o programa de capacitação do pessoal do estabelecimento de ensino, dando orientação aos alunos e articulando o envolvimento da família no processo educativo.

O EDUCANDO E A AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

No contexto social de hoje, a criança é considerada como sujeito de direitos, assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), capaz de atuar no mundo, construindo sua identidade e autonomia. A discussão acerca destas questões tem sido recorrente entre os profissionais da Educação Infantil. Neste ciclo de aprendizagem no qual a Escola está envolvida, algumas questões têm merecido destaque. Entre eles a preocupação de como selecionar e organizar objetivos,

conteúdos, estratégias e recursos adequados ao atendimento das características e especificidades de cada faixa etária da Educação Infantil. Como pensar e articular estratégias de avaliação e registro que possibilitem a observação e acompanhamento do processo de desenvolvimento de cada criança, bem como a reorganização da prática pedagógica. Em síntese, como organizar uma proposta curricular e avaliativa adequada à Educação Infantil.

Zabala adota o modelo de aprendizado da educação infantil, onde as crianças não ficam sentadas em fileiras em sala de aula ouvindo o educador, elas são dinâmicas, desenvolve-se em grupos, um observando o outro e aprendendo, o que sabe mais ajuda o que sabe menos. O educador não é transmissor de conhecimento, ele ajuda a todos, avaliando quem realiza e quem tem dificuldades. Portanto o enfoque pedagógico deve está centrado na diversidade e no conhecimento prévio de cada educando.

Não podemos avaliar de forma qualitativa os saberes de cada aluno nas escolas, sem se dar conta do papel do educador; do pedagogo frente à avaliação. Enfatizar o papel do educador perante o sistema avaliativo é importante, pois entendemos que tratamos com pessoas e esperamos que estas, possam contribuir para uma redefinição desta sociedade. A exclusão social se dá na maioria das vezes por conta de processos avaliativos que somente mensuram conhecimentos pré-estabelecidos sem se dar conta do complexo cenário que esta questão nos remete.

As questões avaliativas envolvem reflexões atuais tendo em vista que já não podemos consagrar modelos tradicionais a uma questão tão importante como esta. Desse modo, a compreensão do processo avaliativo no cotidiano escolar é merecedor de grande reflexão.

A avaliação se torna uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Mas, para a grande maioria das pessoas que passaram por uma escola, há sempre a lembrança de sabatina, prova exame, verificação, avaliação. Isso se deve, sem dúvida, a experiências negativas com relação à avaliação.

Diante disso, todos nós educadores desejamos uma escola de qualidade, prazerosa e competente, que permita a transformação da sociedade. Queremos uma escola

que possibilite aos alunos uma vida cidadã plena, dentro de uma sociedade humana, democrática, justa, ética e solidária, em consonância com o nosso tempo. Nesse contexto, o aluno é ativo, dinâmico e sujeito, que participa da construção de seu próprio conhecimento.

Dentro dessa visão, em que educar é formar e aprender é construir o próprio saber, a avaliação assume um novo papel, ela não se reduz apenas a realização de provas e atribuições de notas, mas se amplia e se desloca, no sentido de verificar que medida os alunos estão alcançando nos objetivos propostos nos projetos pedagógicos para o processo ensino-aprendizagem.

Finalmente, no processo ensino-aprendizagem, na interação professor-aluno, pode-se concluir que juntos, acertamos, assumimos riscos, alcançamos objetivos. A avaliação não pode servir para selecionar e excluir o aluno desse processo, pois tal prática é uma violência ao direito à educação. A avaliação deve sempre servir para redimensionar o planejamento do professor, voltada para a transformação. A avaliação é muito mais do que a expressão de determinar conceitos para os alunos, ela expressa a postura do educador responsável, competente e comprometido com a construção do conhecimento e do desenvolvimento de capacidades, habilidades, competências e atitudes numa escola democrática.

A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

A avaliação é parte integrante do processo ensino/aprendizagem e ganhou na atualidade espaço muito amplo nos processos de ensino, mas requer preparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos.

Avaliar significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Portanto, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo para medir a qualidade do seu resultado, porém, a compreensão do processo de avaliação do processo ensino/aprendizagem tem sido pautada pelo ato de avaliar ao de “medir” os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

A avaliação se faz necessária para que possamos refletir, questionar e transformar nossas ações, pois vivemos numa sociedade cada dia mais tecnológica onde as informações veiculam por diversos meios. A questão é como interpretar essas informações que veiculam por diversos meios e como direcioná-las para atender às

necessidades de aprendizagem de nossos educandos. Cada dia torna-se necessário o domínio de um conteúdo chamado “procedimental”, que nos habilita, a saber, fazer e como fazer.

A escola não é única fonte de informação e conhecimento, portanto ao elaborar as ações pedagógicas, e as avaliações das mesmas, estas terão que fazer sentido para os alunos, permitindo-lhes aplicarem os conhecimentos, em suas vidas, na leitura e interpretação do mundo em que vivem. Portanto, é preciso que se pense numa proposta de trabalho que garanta o processo de desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo da criança. É com este objetivo que desenvolvemos a análise crítica da avaliação educacional que desenvolvemos em nossa Escola.

As mudanças vividas na atualidade, em termos econômicos, sócias e culturais, interferem diretamente no processo de ensino aprendizagem dos nossos alunos, com isso é de suma importância que cada indivíduo seja avaliado num processo permanente. O sistema educacional, muitas vezes, tem se apoiado na avaliação classificatória com a ideia de verificar aprendizagem ou competências através de medidas, de quantificações, mas as pessoas não aprendem do mesmo modo, nos mesmos momentos, por isso muitas vezes são excluídos no processo de escolarização.

De acordo com Luckesi (2000) a avaliação deve ser inclusiva e, por isso, democrática.

“Por ela, por onde quer que se passe, não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente em busca do melhor”.
(Luckesi 2000, p.11.)

A avaliação precisa ser um instrumento para se ensinar melhor, pois a partir do diagnóstico das dúvidas dos alunos se torna mais fácil trilhar o caminho certo para o processo de ensino aprendizagem, onde a avaliação não vise apenas de forma quantitativa, mas que busque diagnosticar e buscar estratégias para alcançar os resultados necessários no processo de ensino/aprendizagem.

O ato de avaliar tem como objetivo a coleta, a análise e a síntese dos dados que configuram a avaliação, a partir da comparação da configuração do objeto avaliado é possível detectar o que se precisa trabalhar.

Segundo Luckesi (2002),apudVarela e Santos (2007,p. 2):

“A avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer com ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica da ação.”

Sendo assim o professor consegue buscar meios e trilhar o caminho mais adequado para avaliar os educandos no seu processo de ensino aprendizagem.

Para se avaliar é preciso explorar diversos instrumentos, na tentativa de alcançar os resultados esperados.

Segundo Varela e Santos,para avaliar:

[...] o professor deve utilizar técnicas diversas e instrumentos variados, para que se possa diagnosticar o começo, o durante e o fim de todo o processo avaliativo, para que a partir de então possa progredir no processo didático e retomar o que foi insatisfatório para o processo de aprendizagem dos educandos. (2007, p. 03)

As instituições não podem se centrar apenas em avaliações de papel e lápis, mas sim em diferentes formas de avaliar o educando em diversos aspectos, analisando qual é o mais indicado no processo de avaliação. De acordo com Zabala 1998 temos três formas de avaliar o aluno, que são:procedimentais, conceituais e atitudinais.

As Procedimentais são aqueles que estão relacionados a procedimentos, ou seja, aprender a fazer, de analisar criticamente uma situação, capacidade de se expressar com clareza, seja oralmente ou na escrita.

Os Conceituais são aqueles que antigamente eram chamados de "matérias" ou "conteúdos", ou seja, elementos específicos dentro do saber daquela disciplina. Objetivos que em geral os professores sempre levam em conta em seu planejamento.

Os Atitudinais são o tipo mais complexo de avaliar o aluno. Uma vez que eles estão relacionados ao "ser" enquanto os conceituais são o "o que se aprende" e os procedimentais são "O que o aluno é", ou seja, está relacionado ao conjunto de valores, atitudes, coisas interiorizadas em um nível tão intenso que fazem parte da personalidade do aluno. Esse item engloba situações como: Participação cidadã democrática, respeito às diferenças culturais, dedicação ao estudo, curiosidade, vontade de aprender, entre outros.

Muitas vezes os professores usam essa parte de "Atitudinais" colocando em pauta apenas elementos como "prestar atenção na aula" "não conversar" certamente isso está relacionado a atitudes, entretanto devemos lembrar que Atitudinais não representam apenas comportamentais, e sim questões que serão levadas para a vida toda.

Para Zabala (1998), o processo de ensino não pode se limitar a um único modelo e sim há diferentes modelos, pois é necessário atenção á diversidade de alunos em sala de aula.O educador deve perceber as dificuldades de cada aluno, saber propor ajudas, bem como formas de superar suas dificuldades propondo sempre desafios , mediando o caminho para que ocorra o aprendizado.

É necessário que se entenda a importância e a necessidade de avaliar corretamente os alunos, especialmente nas séries iniciais, para questionar o significado da avaliação e mostrar que a mesma deve ser um processo para auxiliar no desenvolvimento cognitivo do aluno e não apenas classificatório, para isso é necessário que processo seja democrático, com o objetivo de que o educando possa ser avaliado pelo professor, pelos pais e através da auto avaliação, visando o envolvimento de todos no processo educativo, e, como diz Luckesi (2005 p.66), sendo democrática, colabora para a permanência do aluno na escola e a sua promoção qualitativa.

Luckesi (2005), ao tratar da democratização do ensino, nos alerta sobre a execução da avaliação nas escolas. Ele sinaliza que a avaliação classificatória serve para a estagnação dos alunos, na medida em que não permite aeste o desenvolvimento máximo possível e a democratização do ensino.

De acordo com o autor, a avaliação da aprendizagem não é utilizada na maioria das vezes pelos professores para acompanhar os processos de aprendizagem dos estudantes, pelo contrário, ela acontece apenas no final de uma unidade ou ao término de um período letivo, para que o educador possa verificar se os educandos adquiriram os conteúdos e as habilidades ensinadas. Luckesi (2005), ainda nos revela que são muitos os fatores que são considerados por estes professores na hora da elaboração de testes, provas ou outros instrumentos avaliativos, como:

Conteúdos ensinados efetivamente; conteúdos que o professor não ensinou, mas que deu por suposto ter ensinado;

conteúdos “extras” que o professor inclui no momento da elaboração do teste, para torna-lo mais difícil; o humor do professor em relação à turma de alunos que ele tem pela frente; a disciplina ou a indisciplina social desses alunos; uma certa “patologia magisterial permanente”, que define que o professor não pode aprovar todos os alunos, uma vez que não é possível que todos os alunos tenham aprendido suficientemente todos os conteúdos e habilidades propostos. (LUCKESI, 2005, p.67).

Sendo assim, podemos perceber que a avaliação da aprendizagem vem sendo utilizada para fins diferentes, ou seja, tanto para o professor classificar, levando em consideração padrões pré-estabelecidos, quanto para o acompanhamento contínuo dos processos evolutivos dos alunos. Também podemos perceber que a prática tradicional de avaliação tem sido mais constante nas escolas.

É necessário que os professores utilizem vários instrumentos de avaliação, discutam e informem aos alunos o nível de aprendizagem que atingiram, identificando os seus erros em seu processo de ensino aprendizagem, repensando o que é necessário para o desenvolvimento e informar aos pais a evolução de seus filhos para um apoio mais eficaz.

A avaliação deveria ser um momento para pensar na prática e retornar a ela, como um meio de julgar a prática. Sendo utilizada como uma função diagnóstica, seria um momento de discutir o processo para avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia e competência do educando.

O educador, ao lidar com a avaliação da aprendizagem escolar, deve ter em mente a necessidade de colocar em sua prática diária, novas propostas que vise melhorar o ensino.

Não há como negar que na avaliação, as disciplinas usam como critério as notas e todas atribuem pesos diferenciados para cada atividade, dependendo do grau de valor de cada uma, de acordo com critérios estabelecidos somente pelos professores. A avaliação da aprendizagem é feita de forma a classificar o aluno num certo estágio de desenvolvimento.

A partir desta análise, podemos dizer que a prática de avaliar, não passa de uma verificação da aprendizagem. Como refere Luckesi (2005), este fato fica claro na escola brasileira, quando observamos que os resultados da aprendizagem têm tido a

função de estabelecer uma classificação do educando que se expressa em aprovação ou reprovação, e a verdade é que prova, não prova nada.

O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano, a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo, a educação precisa se modernizar e ter uma concepção pedagógica mais eficaz e levar em consideração as experiências de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando, para que o educando possa ser, um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento, sendo assim a avaliação se torna mais significativa, com o objetivo de orientar e cooperar com o educando.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve ser realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve ser como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado, pois toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões, por parte da instituição e guiando docentes e discentes no processo de ensino aprendizagem.

A avaliação dessa forma tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, e não é um exemplo classificatório de avaliação, que só oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

A Lei 9.394/96, a LDB, não prioriza o sistema rigoroso e opressivo de notas parciais e médias finais no processo de avaliação escolar. Para a LDB ninguém aprende para ser avaliado. Prioriza mais a educação em valores, aprendemos para termos novas atitudes e valores, a educação em valores é uma realidade da Lei 9394/96. A LDB, ao se referir à verificação do conhecimento escolar, determina que sejam

observados os critérios de avaliação contínua e cumulativa da atuação do educando, com prioridade dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (Art. 24, V-a). Devemos nos conscientizar que aspectos não são notas, mas sim, registros de acompanhamento do caminhar do aluno.

O educando, sendo bem orientado, saberá dizer quais são seus pontos fortes, o que construiu na sua aprendizagem o que ainda precisa construir e precisa melhorar, assim desenvolve a noção de responsabilidade e uma atitude crítica, para isso é necessário criar oportunidades para que o aluno pratique a auto avaliação, começando pela apreciação de si mesmo , de seus erros e acertos , assumindo a responsabilidade por seus atos, por isso a necessidade de uma educação dialógica, visando a troca de ideias e opiniões, de uma conversa colaborativa em que não se afirma o insucesso do aluno, pois quando o educando sofre com o insucesso, também fracassa o professor. A escola deve riscar do dicionário a palavra FRACASSO.

A instituição não deve visar apenas o aluno tirar nota e sim "aprender", mas já que ainda existe nota, que ela possa ser utilizada realmente como um identificador para o professor na necessidade de retomar a sua prática pedagógica.

A avaliação quando dialógica culmina na interação e no sucesso da aprendizagem, pois o diálogo é fundamental, e o professor se comunica de maneira adequada, satisfatória e prazerosa com o aluno. Rever o ponto de vista de avaliação é rever certamente as concepções de ensino aprendizagem, de educação e de escola, apoiado em princípios e valores comprometidos com a instituição de aluno cidadão. Quando isso for colocado em prática à avaliação será vista como função diagnóstica, dialógica e transformadora da realidade escolar.

Devemos buscar diferentes formas de realizar a avaliação, como uma maneira de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem e ajudar as crianças em suas maiores dificuldades.

Na Educação em geral há uma realidade em que quando se fala em “avaliação” vem em mente à palavra “prova”, pois a nota ainda é vista como uma “verdade” onde percebe se a criança aprendeu ou não. Devemos mudar nossa prática, avalia-la no

decorrer das atividades em sala de aula e buscar novas estratégias, não usando a avaliação para julgar, mas sim, para ajudar no desenvolvimento das habilidades e dificuldades das crianças.

A avaliação da aprendizagem deve ser entendida como uma prática que colabora para o processo de ensino e aprendizagem, sendo que quando o professor a compreende como um auxílio importante para o seu trabalho, favorece aos alunos ganhos relevantes em relação à elaboração dos conhecimentos.

A avaliação deve ter uma função estimuladora e de incentivo ao estudo. O *feedback* é importante, pois permite um retorno tanto ao professor, quanto ao aluno em relação ao processo ensino/aprendizagem. Para que a avaliação cumpra sua função, é fundamental que o aluno conheça os resultados de sua aprendizagem, saiba quais foram seus acertos e erros.

A avaliação da aprendizagem tem sido uma constante preocupação dos professores, por dois importantes motivos: em primeiro lugar, porque a profissão exige a prática de verificar e julgar o rendimento dos alunos, e, em segundo lugar, porque ao avaliar o aluno o professor também avalia o seu próprio trabalho, ao entendermos assim, que avaliação é um processo de ensino/aprendizagem e que favorece tanto o professor quanto o aluno, teremos diariamente as respostas necessárias para possíveis mudanças.

A avaliação do processo de ensino/aprendizagem sempre fez parte da dinâmica da sala de aula, no entanto esta prática em nossa sociedade não é realizada igualmente por todos os professores, devido aos seus diversos aspectos subjetivos e políticos, como: crenças, pressupostos teóricos, relacionados à educação e aos indivíduos.

Luckesi (2005, p.3) explica que nossa conduta, em detrimento da avaliação, estará relacionada à como percebemos os sujeitos, ou seja, “[...]dependem da teoria pedagógica e projeto pedagógico, que temos”. O autor esclarece que:

Caso assumamos uma teoria que compreenda o ser humano como “pronto”, somente desejamos olhar para o produto, qualquer produto, atitude expressa pela frase: “caso tenha atingido o nível esperado, está bem; caso, não tenha chegado a esse produto, a questão é do estudante”. Porém, se, pelo contrário, assumimos o ser humano como um ser em desenvolvimento então temos certeza de que o estudante

ainda não aprendeu o que tinha que aprender, e por isso, vamos investir nele novamente, até que aprenda. (LUCKESI, 2005, p.3).

A avaliação é um processo muito grande que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A avaliação tem a função de acompanhar o desenvolvimento dos alunos e ajudá-los a superar as possíveis dificuldades, a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a formação integral do sujeito através da efetiva construção do conhecimento dos alunos.

De acordo com Luckesi (2002), o ato de avaliar “por si, é um ato amoroso [...] avaliação pressupõe acolhimento, tendo em vista a transformação”.

Luckesi (2002) explica também que a ação amorosa é aquela na qual a situação real apresentada é acolhida e não excluída:

O ato amoroso é um ato que acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são; acolhe para permitir que cada coisa seja o que é, neste momento. Por acolher a situação como ela é, o ato amoroso tem a característica de não julgar. Julgamentos aparecerão, mas evidentemente, para dar curso à vida (à ação) e não para excluí-las. (LUCKESI, 2002. p.171).

Desta forma, o ato de errar no processo de aprendizagem não deve ser visto como algo negativo, mas sim, como um indício para que o professor perceba as estratégias e hipóteses elaboradas pelos alunos para chegar a tais resultados.

De acordo com Luckesi (2002), a avaliação deverá ser utilizada como um mecanismo de diagnóstico da situação de aprendizagem, tendo em vista o avanço e o crescimento do aluno sendo que, o momento de análise dos dados não deve ser ponto final, mas de partida para que o professor possa perceber se a aprendizagem está ocorrendo com a qualidade que deveria ter.

Quando a avaliação é tomada como acompanhamento, estará a serviço de uma pedagogia que procura incluir os alunos dando-lhes o direito de desenvolverem as suas possibilidades e de errarem, visto que “uma visão sadia do erro possibilita sua utilização de forma construtiva” (Luckesi, 2002, p.48). Faz-se necessário, neste contexto, que os critérios de avaliação e os objetivos sejam claros para o educador e para o aluno, que terão mais segurança quanto ao lugar que se deve chegar.

Mudar as práticas docentes em relação à avaliação da aprendizagem implica disponibilizarmos vários instrumentos e meios para que os alunos possam demonstrar os seus saberes, e não utilizar as informações colhidas para classificar os alunos como bons, médios ou ruins e atribuir-lhes notas, devemos tomar a avaliação como um momento de acolher os estudantes, pois seu sentido está em oportunizar a superação das dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é a parte mais importante de todo o processo de ensino-aprendizagem, entretanto é necessário oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto com cada aluno em seus lentos ou rápidos progressos.

Para realizar uma avaliação integral do aluno, isto é, para avaliar as várias dimensões de seu comportamento, é necessário o uso combinado de várias técnicas e instrumentos de avaliação, que devem ser selecionados tendo em vista os objetivos propostos. O professor deve fazer uso de todos os recursos ao seu alcance para obter o máximo de informações sobre o aproveitamento e o comportamento escolar do aluno. Por isso, não convém utilizar apenas um instrumento de avaliação, confiando nele como se fosse infalível. O mais recomendável é empregar técnicas diversificadas em instrumentos variados.

Enquanto a avaliação permanecer presa a uma pedagogia ultrapassada, a evasão permanecerá, e o educando, o cidadão, o povo continuará sendo escravo de uma minoria, que se considera a elite intelectual.

O grande desafio para construir novos caminhos, é uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e que de autonomia ao envolvidos no processo ensino/aprendizagem. Desta forma, estaremos formando cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos. Os novos paradigmas em educação devem contemplar o qualitativo, descobrindo a essência e a totalidade do processo educativo, pois esta sociedade reserva às instituições escolares o poder de conferir notas e certificados que supostamente atestam o conhecimento ou capacidade do indivíduo, o que torna imensa a responsabilidade de quem avalia.

Pensando a avaliação como aprovação ou reprovação, a nota torna-se um fim em si mesmo, ficando distanciada e sem relação com as situações de aprendizagem.

Mudar a nossa concepção se faz urgente e necessário. Basta romper com padrões estabelecidos pela própria história de uma sociedade elitista e desigual.

Neste sentido, Perrenoud (1993) afirma que mudar a avaliação significa provavelmente mudar a escola. Automaticamente, mudar a prática da avaliação nos

leva a alterar práticas habituais, criando inseguranças e angústias e este é um obstáculo que não pode ser negado, pois envolverá toda a comunidade escolar.

Se as nossas metas são educação e transformação, com o tempo se transformará em realidade, por meio de nossa ação, sendo assim, não nos resta outra alternativa senão juntos pensar uma nova forma de avaliação. Romper paradigmas, mudar nossa concepção, mudar a prática, é construir uma nova escola. Somos responsáveis por esse processo.

REFERÊNCIAS

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa. Como ensinar. Tradução Ernani F. da F.Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

LUCKES, Cipriano Carlos. (2000) *O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?*, Revista Pátio, ano3, nº 12, p.11, 2000. Disponível em:
http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. (2005) Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições - 17ª ed. São Paulo: Editora Cortez.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Entrevista com Cipriano Carlos Luckesi. Nova Escola. Edição 191, abril de 2006. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/cipriano-carlos-luckesi-fala-do-ato-de-avaliar>

Leis de Diretrizes e Bases LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CAETANO, Maria Raquel. Reflexões Sobre Gestão Democrática e Qualidade de Ensino 2008

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: NÓVOA, A Avaliação em educação: novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto Editora, 1993.

Projeto Político Pedagógico 2013 da Escola Municipal “Edgar Lima”

ANEXO

Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL “EDGAR LIMA”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

GLEICE CÁTIA VIANA DE SOUZA

JANAÍNA MÁRCIA DA SILVA

LILIANE APARECIDA MARTINS

BELO HORIZONTE, 2013

ESCOLA MUNICIPAL “EDGAR LIMA”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PROJETO Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Micheli Virgínia de Andrade Feital, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL “EDGAR LIMA”	5
1.1.1. DA CRIAÇÃO – LOCALIZAÇÃO – FUNCIONAMENTO	5
1.1.2. IDENTIFICAÇÃO/ CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	6
1.1.3. PROFISSIONAIS DA ESCOLA	6
1.1.4. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS ALUNOS:	6
2. FINALIDADES DA ESCOLA	7
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
3.1. ADMINISTRATIVA.....	8
3.1.1. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO	8
3.1.2. RECURSOS FINANCEIROS	10
3.2. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	11
4. CURRÍCULO	13
4.1 - CONCEPÇÃO DO CURRÍCULO	13
4.2 - ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO ...	14
5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES	15
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6.1 - CONSELHO ESCOLAR	18
6.2 - CONSELHO DE CLASSE	19
6.3 - CONSELHO FISCAL.....	20
7. RELAÇÃO DE TRABALHO.....	21
8. AVALIAÇÃO	27
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

A Gestão Democrática é um dos temas mais discutidos atualmente no âmbito escolar. Nesse contexto, a Escola Municipal “Edgar Lima”, localizada no Município de Santa Luzia/MG, que ministra o curso de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano/9, elaborou o seu Projeto Político Pedagógico de forma democrática com a participação da equipe administrativa, docentes, pais de alunos, funcionários, comunidade e representante da Secretaria Municipal de Educação.

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional incumbe os sistemas públicos de educação a definirem as normas da gestão democrática do ensino básico, com a garantia da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Determina, também, que os referidos sistemas devem assegurar às suas unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, deliberações que expressaram modos concebidos para que se viabilizasse o princípio da gestão democrática da educação básica.

O Projeto Político Pedagógico surgiu da necessidade de nortear as ações cotidianas desta Instituição. Foi construído e propõe novos caminhos para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, nos leva a um pensar e refletir contínuo sobre todos os envolvidos neste processo.

De acordo com Oliveira (2010), o processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais: a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas mencionados e na consideração da origem dos mesmos.

Assim estamos em busca da superação de antigos paradigmas e na busca concreta de um redimensionamento de nossa proposta de ensinar e de aprender coletivamente, demarcando um momento importante na caminhada para efetiva possibilidade de um sistema educacional mais abrangente menos excludente, onde todos possam ter direito e acesso à escola de qualidade como cidadãos ativos, participantes e conscientes de seu papel na escola e na sociedade.

Portanto, este documento é fruto de um trabalho coletivo que foi produzido e construído em cima de uma reflexão contínua baseada principalmente na prática pedagógica, mas representa apenas um ponto inicial de um projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos.

1.1. HISTÓRICO DA ESCOLA MUNICIPAL “EDGAR LIMA”

1.1.1. DA CRIAÇÃO – LOCALIZAÇÃO – FUNCIONAMENTO

A Escola Municipal “Edgar Lima” está localizada a Rua Maria do Carmo de Castro, nº 30 – Bairro Setor Sete – Santa Luzia-MG. Foi criada no governo de Newton Cardoso, então governador do Estado de Minas Gerais, pelo decreto nº 25557 de 21/02/1986; sendo até então um estabelecimento estadual.

O prédio foi cedido pelo pré-escolar da Prefeitura Municipal de Santa Luzia, no setor Sete e inicialmente contava com 14 turmas de 1ª a 4ª série e se chamava “Escola Estadual Palmital Setor Sete”.

Em julho de 1986, a escola recebeu o nome de “Escola Estadual Edgar Lima”, homenagem ao professor Edgar Lima, luziense, que dedicou sua vida ao magistério. Aos oito dias do mês de maio de 1998, a escola foi municipalizada e então reformada. Suas novas instalações contava com 14 salas de aula, sala de vídeo, biblioteca, sala reservada à prática laboratoriais de ciências, à recuperação de alunos, pátio, quadra, secretaria, salas administrativas, instalações sanitárias, refeitórios e etc. funcionando em três turnos de 1º e 2º ciclos. A Escola foi reinaugurada com o nome “Escola Municipal Edgar Lima” e

passou a fazer parte do projeto piloto “Escola 2000” idealizada pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia, tendo como embasamento filosófico a educação, caráter e cultura.

A escola teve como diretora as Senhoras Maria dos Anjos Froes, Alaíde Alves Araujo Moura, Edvani Freitas, Rosangela Alves Barbosa, Liliane Aparecida Martins e atualmente a escola é dirigida pela senhora Marília Cardoso.

De acordo com a resolução Nº. 8966/98 de 21 de fevereiro de 1998; com a Municipalização das escolas estaduais de Ensino Fundamental do município de Santa Luzia. A Escola Municipal “Edgar Lima” passou a constituir uma Unidade da Rede Municipal de Ensino de Santa Luzia.

1.1.2. IDENTIFICAÇÃO/ CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Nome da Escola: Escola Municipal “Edgar Lima”

Diretor (a): Marília Cardoso

Endereço: Rua Maria do Carmo de Castro, Nº: 30.

Bairro: Setor Sete, Santa Luzia-MG, CEP: 33.130-260.

Telefone: (31) 3637 2044

1.1.3. PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Nº. de professores atuando nos anos iniciais do ensino fundamental: 24

Nº de professores atuando nos anos finais do ensino fundamental: 18

Outros profissionais: 01 diretor, 02 vice-diretores, 04 supervisores, 01 bibliotecário, 03 eventuais, 03 auxiliares de secretaria, 14 auxiliares de serviços, 02 vigias, 03 profissionais de apoio, 01 professor Sala Recurso, 01 monitor Mais Educação, 01 disciplinário.

1.1.4. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DOS ALUNOS:

A clientela é oriunda da classe média baixa, onde os alunos da escola são filhos de pais que atuam no mercado de trabalho nas áreas: pedreiro, pintor, marceneiro,

em serviços de vigilância, salão de beleza, doméstica, no transporte, no comércio e em menor número em indústrias. Muitos pais/responsáveis encontram-se desempregados e também é grande o número de pais/responsáveis envolvidos com drogas (usuários e traficantes), uma vez que a escola está situada em uma região de grande vulnerabilidade social. Grande parte das famílias recebem os auxílios dos programas do governo federal e municipal. A maioria dos alunos mora bem próxima à escola. A participação dos pais em reuniões e discussões sobre seus filhos na escola é pouca, o que desestimula o corpo docente que necessita de uma maior interação com as famílias.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

O papel da Escola Municipal “Edgar Lima” é defender uma sociedade comprometida com seus valores éticos, levando o indivíduo ao resgate dos princípios morais e humanitários. Tem-se uma preocupação constante com a preparação dos alunos para o futuro. A sociedade em que estão inseridos é fomentada pelo fator socioeconômico, gerando uma grande desigualdade social. Portanto, o trabalho dos gestores e funcionários em geral é a busca de estratégias para formar alunos cidadãos preparados para exercer seus direitos e deveres sendo agentes transformadores na sociedade.

Diante dessa realidade, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, defende uma pedagogia libertadora, considerando o conhecimento prévio dos alunos, para que a sociedade a qual estão inseridos seja capaz de aceitar as transformações com respeito, solidariedade e liberdade de expressão, fazendo com que este aluno possa atuar em igualdade de condições buscando sempre o conhecimento. Com o Projeto Político Pedagógico e seus planos de ação a comunidade espera melhorar cada vez mais seu processo – ensino aprendizagem, ampliando seu atendimento, reestruturando seu currículo e atendendo a demanda de seu entorno, tornando a escola um espaço na busca constante por uma educação com qualidade.

As pesquisas e os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam, também, que uma educação de qualidade,

ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pese, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades de origem socioeconômica e culturais dos alunos. (KALOUTIAN, MASAGÃO. 2005 – pag. 8)

Tem-se como objetivo promover a melhoria do ensino-aprendizagem de uma perspectiva de compromisso com a comunidade escolar no sentido de que haja uma abertura para mudanças, críticas e diálogos num encorajamento para pensar, falar, questionar e propor juntos soluções para os problemas cruciais da escola e ainda, desenvolver ações que possam minimizar as dificuldades apresentadas neste projeto e dar continuidade ao desenvolvimento das atividades pedagógicas; contribuir para que se desenvolvam ações permanentes de cultura e de formação continuada na escola; discutir os aspectos legais em relação à educação; instrumentalizar os profissionais da escola para as práticas; oferece capacitação e suporte pedagógico aos professores; racionalizar as principais dificuldades dos alunos; realizar reuniões periódicas com pais, promovendo a integração aluno/escola/comunidade; desenvolver projetos que visem à conscientização para preservar o meio ambiente.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. ADMINISTRATIVA

3.1.1. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

A Escola Municipal “Edgar Lima” localiza-se na zona urbana da cidade de Santa Luzia, à Rua Maria do Carmo de Castro, nº. 30 – Bairro Setor Sete. A região onde a escola está situada apresenta uma topografia irregular, ruas de acesso e somente as ruas de maior movimento são calçadas ou asfaltadas, possuem redes de esgotos, mas também esgoto a céu aberto e tem abastecimento de água potável, posto de saúde, duas linhas de ônibus em condições regulares, limpeza pública, comércios diversificados, na maioria

padaria, bares e salões de cabeleireiro que atendem as necessidades da população, igrejas, um centro cultural por irmãs de caridade, duas associações e ação comunitária.

O bairro possui uma população pertencente à classe média baixa, onde a maioria dos moradores atua no mercado de trabalho como pedreiros, salão de beleza, oficinas mecânicas e de eletrodomésticos, borracharias, lanchonetes, comércio e empregadas domésticas, permanecendo maior parte do dia fora de casa.

A área total da Escola Municipal “Edgar Lima” é de 3.900m e a área construída é 3.3255 m². Na entrada da escola existe uma rampa de acessibilidade e uma grande escada que levam ao hall principal, onde existe um jardim. À frente, tem-se um amplo pátio, com dois prédios divididos em dois pavimentos sendo salas de aulas, um pavimento com área administrativa, biblioteca, sala recurso, sala dos professores, almoxarifado e o outro sendo, salas de aula, cantina, banheiros masculino e feminino com quatro divisórias cada e secretaria. Existe um terceiro prédio na escola, localizado próximo à quadra de esportes que possui dois pavimentos sendo salas de aula, sala de informática, sala para Educação de Tempo Integral e PROADE (programa de recuperação).

A quadra de esportes é coberta e possui dois banheiros com três divisórias cada e chuveiro. Também possui dois bebedouros. Ao todo são vinte salas de aula espaçosas, com carteiras adequadas, mesa e cadeira para o professor, equipadas com televisor, vídeo som ambiente, quadro branco e ventilador. No pátio da escola possui um bebedouro, bancos de ferro, e duas mesas fixas de marmorites com quatro lugares cada.

A Biblioteca da escola possui estantes de alvenaria, televisão, vídeo, som profissional com duas caixas, dois microfones, mesas redondas com cadeiras, armários, quadro branco, ventilador, e também um riquíssimo acervo bibliográfico.

A sala dos professores não é muito ampla, possui uma mesa grande com vinte cadeiras almofadadas, três escaninho com dezesseis divisórias, dois quadros de aviso, um ventilador e um micro-ondas.

A secretaria é equipada com: três computadores todos com acesso à internet, duas impressoras, mesas de computador, três mesas de escritório, três cadeiras giratórias, um aparelho de Fax, telefone, armários, quatro arquivos, um ventilador, dois rádios gravadores com CD player, e o programa SISLAME (Sistema Integrado para Apoio à Administração e Controle Escolar) em rede.

A sala da supervisão são quatro mesas com cadeira, dois computadores, um notebook, duas mesas de computador, duas impressora laser e multifuncional, armários, um arquivo com quatro gavetas, data show, retroprojektor, quadros de avisos e um quadro de chaves.

A sala da direção é equipada com uma mesa, um computador, uma mesa para o computador, cadeira giratória almofadada, duas cadeiras fixas, uma mesa para telefone, armários planejados, um televisor, um DVD, um quadro de aviso, aparelho de som ambiente, telefone sem fio, dois arquivos e ventilador.

A cozinha é equipada com geladeira, fogão industrial, forno elétrico, dois freezer, três bancadas de ardósia, um tanque com dois bojos, uma pia grande e uma dispensa onde são guardados os utensílios e merendas. Em pontos estratégicos encontram-se seis latões de lixo, vasos de plantas, proporcionando um ambiente limpo e organizado para atender aos alunos, profissionais e comunidade.

3.1.2. RECURSOS FINANCEIROS

Na escola chega recursos financeiros vindos dos Programas Federais que tem como objetivo transferir os recursos para a escola como: Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE – Manutenção, Mais Educação e Acessibilidade e também PDE. Contamos também com recursos do Fundo Rotativo do Projeto de Manutenção das Escolas Municipais, repassado diretamente ao caixa escolar pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia, para a manutenção da escola.

Os recursos são administrados pelo presidente e tesoureiro do caixa escolar juntamente com o Conselho Fiscal e Conselho Escolar. A orientação de como os recursos devem ser geridos bem como sobre a prestação de contas estão registrados no Estatuto do Caixa Escolar. As prestações de contas, ou seja, a demonstração dos gastos apresentados pela escola em relação aos recursos financeiros recebidos para financiamento de suas atividades fica a cargo do presidente e tesoureiro com aprovação do Conselho Fiscal. Passando ainda pela fiscalização e aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal da Fazenda.

3.2. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

A Escola Municipal “Edgar Lima” ministra o curso de Ensino Fundamental de 1º ano/9 ao 9º ano/9 do 1º ao 4º Ciclo em dois turnos, manhã e tarde, e atende a 40 turmas, totalizando 1218 alunos. A escola está inserida no Programa Mais Educação – Alunos de tempo Integral, atendendo, em torno de 200 alunos em horário integral.

Seu funcionamento se dá em dois turnos, pela manhã de 07h00min. às 11h30min; e à tarde de 13h00min. as 17h20min. Ela atende os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental de nove anos que é dividido em quatro Ciclos, sendo I Ciclo: 1º ano/9, 2º ano/9 e 3º ano/9, II Ciclo: 4º ano/9 e 5º ano/9, III Ciclo: 6º ano/9 e 7º ano/9 e IV Ciclo: 8º ano/9 e 9º ano/9 tendo retenção no 3º ano/9 do I Ciclo, 5º ano/9 do II, 7º ano do III Ciclo e 9º ano do IV Ciclo do Ensino Fundamental. Possui um total de 1218 alunos matriculados, sendo:

Ensino Fundamental de nove anos					
Anos iniciais			Anos finais		
Ano	Nº turmas	Total de alunos	Ano	Nº turmas	Total de alunos
1º	03	92	6º	4	128
2º	04	123	7º	5	156
3º	05	162	8º	4	132
4º	04	138	9º	5	128
5º	05	159			

(SISLAME – 2013)

O quadro de funcionários atual da escola que atende a esta demanda de alunos são vinte e quatro professores atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, dezoito professores atuando nos anos finais do ensino fundamental e mais outros profissionais sendo: 01 diretor, 02 vice-diretores, 04 supervisores, 01 bibliotecário, 03 eventuais, 03 auxiliares de secretaria, 14 auxiliares de serviços, 02 vigias, 03 profissionais de apoio, 01 professor Sala Recurso, 01 monitor Mais Educação, 01 disciplinário.

A Escola Municipal “Edgar Lima” defende uma ação pedagógica que objetiva sanar as causas das deficiências no processo ensino-aprendizagem. Um dos eixos dessa ação está na implementação do processo de formação continuada dos professores, que deve ser desenvolvida em parceria com a Secretaria Municipal de Santa Luzia, e no oferecimento de subsídios necessários para a execução de projetos políticos pedagógicos que sejam mais eficientes e eficazes.

Contudo, em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, a compreensão do domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. Os profissionais da educação, dada a disponibilidade de informações cada vez mais rápidas e disponíveis que, de certo modo, deixam de ser propriedade exclusiva de especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas. (CURY. 2010, pag. 10)

Outro eixo é a elaboração de ações pedagógicas periódicas e de pré-requisitos básicos para cada ano/ciclo, elaborados dentro do planejamento curricular, visando o desenvolvimento das competências básicas sendo avaliados trimestralmente, monitorados e acompanhados pela equipe pedagógica da escola. Diretor, supervisores, professores e comunidade, através de seus representantes, devem juntos, refletir e promover a execução dessas ações, construindo uma proposta pedagógica voltada ao benefício do público principal que é o aluno, que deve ser considerado como sujeito de direitos, capaz de atuar no mundo, construindo sua identidade e autonomia.

4. CURRÍCULO

4.1 - CONCEPÇÃO DO CURRÍCULO

Visando uma educação centrada na diversidade cujo eixo norteador seja o mapeamento da realidade local e escolar, o novo contexto educacional exige com urgência uma transformação curricular quanto aos conteúdos, às atividades de ensino aprendizagem, recursos materiais, equipamentos e formas de promoção utilizada. É preciso refletir sobre as decisões curriculares, pois é o currículo que orienta e determina o trabalho escolar. É uma tarefa que exige tomada de decisões que envolvem interesses, posicionamentos, sentimentos, conflitos e divergências. Selecionar o saber relevante e preparar situações para sua apropriação. Segundo Lopes, (2006) “tudo isso, implica escolher conteúdos que possam trazer para dentro da escola, toda bagagem necessária para a construção do conhecimento, compreensão da sociedade, da cultura e da realidade de forma ampla”.

O currículo deve fazer uma junção entre as possibilidades, necessidades, interesses, pretensões e perspectivas da escola sobre o que e quando ensinar, como e quando avaliar. Fazer as intervenções pedagógicas de acordo com as necessidades individuais dos alunos, deixando claro, a principal função da escola, a formação e o crescimento pessoal do aluno. Portanto, professores e alunos têm suas responsabilidades aumentadas, juntos devem descobrir a que deve responder as habilidades e competências propostas pela escola através do currículo.

O aluno deve ser considerado o centro de todo processo de atualização curricular, sendo voltado para a reconstrução social. Permite o ajustamento entre o aluno e a sociedade por conter possibilidades de levar ao ideal de igualdade de oportunidades. Traduzir a importância da nova forma de trabalhar com a informação para fins pessoais e úteis para a comunidade, mostrando a necessidade de adequar a escola às necessidades locais.

Numa sala de aula e em todo espaço escolar interagem pessoas que trazem consigo suas experiências, vivências, valores, costumes, gostos, modo de falar

e de vestir, enfim, maneiras de ver e conceber o mundo, que as diferenciam uma das outras. Como nos alerta Cury (2003) “[...] Diante disso afirmo convictamente que humanizar o conhecimento é fundamental para revolucionarmos a educação”.

É fundamental que os saberes da vida cotidiana estejam presentes na construção de cada aluno, dando sentido ao conhecimento e trazendo a discussão sobre o sentido “deste” na vida. Pensar nessas questões exige de nós a coragem de rever o papel da escola frente à possibilidade de colaborar para superação de modelos e fórmulas predefinidas que não dão conta da singularidade de cada comunidade. Ignorando os saberes que ainda contribuem para distanciar a escola da realidade.

4.2. ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

Tendo como direcionamento as Diretrizes Curriculares para Ensino Fundamental que orientam a organização e o desenvolvimento curricular na escola, articulando com as matrizes de referência de ensino dos PCNs, as matrizes das avaliações do PROALF, PROEB, PROVINHA BRASIL, PROVA BRASIL e a matriz de referência da Avaliação diagnóstica do CEALE, o planejamento institucional é organizado em função do que se pretende que os alunos aprendam.

Em cada momento apropriado, os educadores em geral irão desenvolver as funções de: Planejar, replanejar e acompanhar a execução do Projeto político Pedagógico e a Proposta Curricular junto à comunidade escolar, concretizando a função social da escola através do redimensionamento do processo ensino-aprendizagem, viabilizando a elaboração e apropriação do conhecimento sistematizado por parte do aluno.

O planejamento pedagógico tem como seu ponto inicial, o compromisso com a transformação social, buscando práticas pedagógicas que tornem o ensino eficiente para a maioria da população. O ensino deve deixar de ser acumulativo e não pode mais ser negado no interior da escola e na sociedade em geral, que

tem impossibilitado o acesso à escolarização às camadas pobres da população. Portanto o planejamento visa apontar capacidades, que ajudam ao educando a enfrentar o mundo atual como cidadão crítico, participativo, reflexivo, autônomo, conhecedor dos seus direitos e deveres.

5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

De acordo com Cavaliere (2007), ao longo do século XX, o tempo de escola no Brasil vai sofrendo lentas mudanças em sua definição, a qual tende a ser compatibilizada com um novo tempo social baseado na cultura urbana. Sabemos que o tempo e os espaços escolares são peças fundamentais para a estruturação de uma educação de qualidade.

Pensar no espaço escolar é pensar em um campo aberto a discussões, intervenções políticas e ideológicas. Esse tema nos leva a discutir as chances de construção de um novo trabalho que possa contemplar os princípios democráticos da escola, almejando a promoção de um processo de democratização mais amplo que envolva toda sociedade. A escola é um todo constituído. É necessário organizá-la de maneira que se possa exercer um trabalho efetivo e de qualidade com a participação de todos os elementos envolvidos no processo.

De acordo com a Resolução 02/2004, de 27 de Agosto de 2004, Art.10, parágrafo Único/SME, em consonância com o calendário escolar, a escola promove a organização de tempos para realizações de atividades coletivas nas quais são destinadas para: planejar, avaliar e replanejar ao final de cada trimestre; reuniões pedagógicas quinzenais para avaliação das ações, onde se dá momento de estudo e reflexão sobre habilidades e capacidades dos conteúdos das diretrizes curriculares; projetos e propostas metodológicas, resultados das avaliações externas, troca de experiências entre outros assuntos educacionais e de interesse dos envolvidos; reuniões técnica-administrativa, previstas no calendário escolar.

Quanto ao espaço escolar, admitimos critérios de utilização do mesmo de acordo com a necessidade de adequação, pois devido a Escola de Tempo

Integral os espaços anteriormente ociosos foram todos ocupados. A escola possui uma boa estrutura física, o que possibilita o desenvolvimento, ainda que precário, do Mais Educação – Escola de Tempo Integral, pois o Programa é novo no município e as escolas ainda não foram devidamente orientadas quanto ao seu funcionamento. Discutir educação de tempo Integral não é algo assim, tão elementar. O não conhecimento do programa faz com que o mesmo funcione sem objetivos.

A visão predominante, de cunho assistencialista, vê a escola de tempo integral como uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos; uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária. (CAVALIERE, 2007. P.1028)

Todos os espaços da escola são locais de aprendizagem. Em nossa escola contamos com 20 salas de aula com vídeo e televisor de uso pedagógico, as salas tem uma boa iluminação e são bastante arejadas. Possui uma biblioteca ampla, cujo objetivo é desenvolver dentro da escola um ambiente de exploração e enriquecimento cultural, difundindo a boa leitura. Assim constitui-se um espaço pedagógico, onde o acervo está à disposição de toda a comunidade escolar. A biblioteca está a cargo de uma professora que atua como auxiliar da biblioteca, zelando pelo uso devido dos alunos e manutenção do acervo e incentivando o uso dos livros, visando à pesquisa e a construção do conhecimento num ambiente favorável à formação do hábito de leitura. A biblioteca da nossa escola oferece um bom acervo bibliográfico, temos ainda a lousa digital, que proporciona ao aluno um aprendizado diferenciado através de uma avançada tecnologia.

A quadra escolar é coberta, com dois banheiros masculino e feminino, bebedouro e arquibancada e existe uma escala para sua utilização, sendo dividido entre alunos regulares, Mais Educação e Segundo Tempo (Atividades físicas para as crianças do bairro em parceria do Governo Federal com o município), onde todos os alunos e a comunidade são contemplados com a sua utilização. Existe um amplo espaço ocioso e é necessária a construção de um auditório, podendo, posteriormente, utilizar tal espaço.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

No Sistema Municipal de Educação de Santa Luzia, os gestores escolares são indicados politicamente, não havendo ainda o processo democrático de escolha de diretor por eleição, sendo assim, as relações hierárquicas prevalecem, o que dificulta um pouco as tomadas de decisão de forma democrática.

Os processos de decisão que ocorrem na Escola Municipal “Edgar Lima” são geralmente discutidos nos Conselhos Escolares. A escola busca uma autonomia, uma vez que grande parte do processo ainda está centralizado na Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia. Existe um grande movimento dos profissionais de educação de Santa Luzia que visam uma gestão democrática descentralizada que irá fortalecer esta autonomia, mas sabe-se que o caminho a percorrer ainda é longo.

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e setorne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (GONÇALVES, 2001, p. 31)

É necessário criar órgãos de gestão que garantam por um lado a representatividade e, por outro lado, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade dentre esses órgãos de gestão na tomada de decisões coletiva visando a qualidade do ensino. Para a concretização de um Projeto Político Pedagógico, no âmbito da concepção de gestão democrática, de acordo com a LDB-9394/96, art. 14, Inciso II, é necessário buscar formas representativas e às vezes operativas que permitem oportunamente a tomada de decisões. Segundo Navarro (2004)

Os Conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como

atribuição deliberar sobre questões político-pedagógico, administrativas, financeiras, no âmbito da escola. Cabe aos Conselhos também, analisar as ações e empreender os meios a utilizar para cumprimento das finalidades da escola. Eles representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade (NAVARRO, 2004).

Embora os conselhos escolares estejam amparados na Constituição Federal (1988), na LDB (1996) e no Plano Nacional de Educação, suas formas de organização, composição e funcionamento podem ser extremamente variados, visto que os espaços assim foram pensados procurando respeitar a especificidade que adquirem em cada contexto social. Temos as seguintes instâncias: Conselho Escolar, Conselho Fiscal e Conselho de Classe.

A Escola municipal “Edgar Lima” possui o Conselho Escolar, Conselho de Classe e Conselho Fiscal que funcionam de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Santa Luzia. Ainda não existe nessa instituição o grêmio estudantil, mas os alunos do 6º ao 9º ano vêm discutindo junto à direção e professores a viabilidade da criação do mesmo. Segue abaixo a explicitação do funcionamento de cada conselho, bem como a composição de cada um.

6.1 - CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado da comunidade escolar de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEE e Conselho Municipal de Educação de Santa Luzia, para cumprimento de sua função social. É constituído pelo diretor, representante da equipe administrativa, representantes dos professores, representantes dos alunos, representantes dos pais ou responsáveis dos alunos devidamente matriculados na instituição. Reúne ordinariamente em Assembleia Geral por semestre, marcada com quarenta e oito horas de antecedência. As reuniões extraordinárias também são marcadas oportunamente com antecedência, com registro de ata em livro próprio para tal.

É o Conselho da escola o órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como no administrativo e financeiro. Assim como o Conselho Municipal, este Conselho é um órgão de democracia representativa e dele fazem parte representantes dos diversos segmentos da escola (professores e funcionários, alunos e seus familiares) diretamente eleitos. Todavia, o Conselho de Escola, constituído apenas como mais uma instituição da escola, pouco adianta para o avanço da democracia. (SOUZA, 2010. p. 3)

A função deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito escola. A função consultiva refere-se à missão de pareceres para discutir as dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência. A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola e a qualidade social da instituição escolar. A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

O Conselho escolar não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola, prevista no seu Projeto Político Pedagógico.

6.2 - CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógico, com atuação restrita a cada classe do estabelecimento de ensino, sendo composto pelo diretor, vice-diretor, professores, supervisores pedagógicos, secretário escolar, tendo por objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem na relação professor-aluno. É feita a

análise geral do desempenho dos alunos para que possa ser elaborado o desenvolvimento do plano de intervenção de cada turma.

As reuniões são realizadas ordinariamente no meio do trimestre (Conselho de Classe Intermediário) onde são decididos os casos de alunos para intervenção pedagógica e ao final de cada trimestre, em data prevista no calendário escolar. O Conselho de Classe tem atribuições específicas na escola tais como: emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, respondendo a consultas feitas pelo diretor e pela equipe pedagógica; analisar as informações sobre as Diretrizes Curriculares, habilidades e capacitações, metodologia e processo de avaliação que afetam o rendimento escolar; propor medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar, tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamentos dos alunos dentro da classe; estabelecer planos de intervenções viáveis de recuperação dos alunos, em consonância com a proposta pedagógica curricular da escola; colaborar com a equipe pedagógica na elaboração e execução dos planos de adaptação dos alunos transferidos, quando se fizer necessário; ao final do ciclo colaborar e decidir sobre a aprovação ou reprovação do aluno que, após a apuração das evidências e resultados finais, não atinja o mínimo solicitado, levando em conta o desenvolvimento do aluno, até então; cabe ao diretor e a equipe pedagógica organizar e acompanhar o Conselho de Classe em todo processo da reunião.

O Conselho de Classe tem sido um dos espaços na escola que permitem a discussão pedagógica do ensino-aprendizagem de forma situada e integrada, revelando aí a sua importância. Oportuniza aos professores redimensionar a sua intervenção no processo de ensino, rever metodologias alternativas de trabalho, criar novos recursos didáticos, no sentido de conhecer melhor o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola. Viabiliza a escola pensar e reorganizar o seu currículo e as suas práticas educativas.

6.3 - CONSELHO FISCAL

É um órgão administrativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador. O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três membros suplentes, maiores de idade, nos termos da legislação vigente, escolhidos em Assembleia Geral Ordinária, para mandato de dois anos. Sendo estes, um representante dos profissionais da educação, preferencialmente, detentor de cargo efetivo, um representante dos pais ou responsáveis de alunos e um representante da comunidade. Compete ao Conselho Fiscal: fiscalizar a movimentação financeira da Caixa Escolar relativa a execução dos recursos internos e externos; informar de ofício à Assembleia Geral ordinária, as contas da diretoria, durante o seu exercício; examinar e aprovar a programação anual, sugerindo alterações, se necessárias; comunicar à Assembleia Geral eventuais irregularidades, sugerindo medidas corretivas; convocar em Assembleia Geral extraordinária em casos de necessidade, conforme previsto no art.12 do estatuto do Caixa Escolar; aprovar ou não, mediante assinatura em formulário próprio, as prestações de contas do Caixa Escolar; emitir relatório circunstanciado quando não aprovar as prestações de contas, para ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação a que estiver subordinada, juntamente com a prestação de contas, para as devidas providências daquela instituição.

7. RELAÇÃO DE TRABALHO

A expressão “relação de trabalho” significa muito mais do que uma relação de emprego. Neste sentido, o segmento administrativo da Escola Municipal “Edgar Lima” é mediador das relações de trabalho entre os demais setores que compõe este espaço. Essa mediação ocorre no sentido positivo, intercedendo de forma a buscar uma relação pautada na solução dos conflitos através do diálogo e do respeito mútuo.

São vários os segmentos que se relacionam nesse espaço escolar, cada qual com suas especificidades. Quando se diz respeito a situações conflituosas advindas das relações de trabalho no âmbito escolar, os gestores avaliam a necessidade de levar o problema ao conhecimento de todos os segmentos, preservando pela idoneidade dos envolvidos. A participação coletiva existe nos casos que são possíveis tal participação. Na referida escola existe uma

relacionamento pautado pela reciprocidade e solidariedade, buscando sempre uma relação interpessoal que valorize boas atitudes e boas práticas educativas.

é possível verificar claramente que os resultados escolares são positivos quando o ambiente é propício ao estabelecimento de relações interpessoais, que valorizem atitudes e práticas educativas, o que também contribui para a motivação e solidariedade no trabalho. (DOURADO, 2010, p. 27)

À equipe administrativa das escolas municipais de Santa Luzia, é definida pela Secretaria Municipal de Educação, através de uma análise de currículo ou mesmo uma indicação política, sendo cargos em comissão. A este segmento cabe a gestão dos serviços escolares, no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do estabelecimento de ensino. A equipe é composta pelos segmentos: Diretor Escolar, Vice-Diretor com atribuições afins. Ao Diretor Escolar compete: ser articulador político, pedagógico e administrativo da escola; gerenciar todo o trabalho escolar e os relacionamentos interpessoais, interagindo com a comunidade; administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais; coordenar a administração de pessoal; coordenar a administração financeira e contábil da escola; favorecer a gestão participativa da escola; gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola; orientar o funcionamento da secretaria da escola; participar do atendimento escolar do município; representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais do município; coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola.

Ao Vice-Diretor (a) compete: subsidiar o Diretor em suas ações e atuar nos diversos aspectos da dinâmica escolar; auxiliar ao Diretor no desempenho das funções que se fizerem necessárias; responder pela escola na ausência do Diretor; informar o Diretor sobre todas as ações realizadas em sua ausência.

A equipe pedagógica das escolas municipais de Santa Luzia, também é definida pela Secretaria Municipal de Educação, através de uma análise de currículo ou mesmo uma indicação política, sendo cargos em comissão. É papel específico do Especialista da Educação articular o trabalho pedagógico

da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno do eixo comum: processo de ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família. Ao Coordenador Pedagógico compete: coordenar o planejamento do Projeto Político Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola; participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola; delinear com os professores o Projeto Pedagógico do estabelecimento de ensino, explicitando os seus componentes de acordo com a realidade da escola; coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar; assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos adequados aos objetivos curriculares; promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme a necessidade, os métodos e materiais de ensino; participar da elaboração do Plano Curricular e do Calendário escolar; articular os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atividades específicas; avaliar o trabalho pedagógico sistematicamente com vistas à reorientação de sua dinâmica, inclusive avaliação externa; participar, com o docente, do processo de avaliação e da análise de seus resultados, identificando as necessidades dos mesmos; coordenar o programa de capacitação do pessoal do estabelecimento de ensino; analisar os resultados das avaliações externas, juntamente com os professores, identificando as necessidades elaborando um Plano de Ação; realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo.

O corpo docente é composto pelos professores regentes, efetivos ou contratados através de análise de currículos feita pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e são responsáveis pela atuação direta com os educandos, compete-lhes ainda: manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho, com seus colegas, com alunos, com os pais e com os diversos segmentos da comunidade; estabelecer processo de ensino-aprendizagem resguardando sempre o respeito humano ao aluno; elaborar planos de recuperação a serem proporcionados aos alunos que obtiveram resultados de aprendizagem abaixo do desejado e executá-los em sala de aula;

realizar processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor rendimento do processo de ensino-aprendizagem; desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão do conhecimento pelo aluno; promover e participar de reuniões de estudo, encontros, cursos, seminários e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional; participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a Proposta pedagógica; zelar pela aprendizagem do aluno; participar da elaboração do calendário escolar, cumprindo os períodos destinados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento do aluno; colaborar com as atividades de articulação da escola com os alunos, com a família e a comunidade; zelar pelo patrimônio escolar, conscientizando os alunos de sua importância e do seu valor; participar de reuniões e comissões, para as quais tenha sido convocado; apresentar em tempo hábil, toda escrita escolar sob sua responsabilidade; manter a organização e o equilíbrio dentro da classe no âmbito escolar; cumprir e fazer cumprir o horário de suas aulas; informar os pais ou responsáveis o desenvolvimento do aluno, seus avanços ou retrocessos; planejar previamente as atividades discentes, visando à concretização da aprendizagem; promover a formação integral do aluno-cidadão, dentro e fora da sala de aula; buscar constantemente o auto-aperfeiçoamento como forma de realização pessoal e profissional; participar ativamente do Conselho de Classe; cooperar com a administração e com os Especialistas da Educação na solução de problemas, visando à melhoria do ensino; manter sigilo no que se refere aos assuntos internos da escola e da vida escolar do aluno.

A equipe Auxiliar é formada por profissionais efetivos ou contratados através de análise de currículos feita pela equipe técnica da Secretaria Municipal de educação e é o setor que dá suporte ao funcionamento de todos os setores do estabelecimento de ensino, proporcionando condições para que os mesmos cumpram suas reais funções. Essa equipe é composta pelo o Auxiliar de secretaria, Auxiliar de serviço educacional e Disciplinário, sendo que ao Auxiliar de Secretaria compete: a organização da escrituração escolar; a execução e controle das normas administrativa da escola; atender às solicitações dos

órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento; manter atualizada toda documentação do estabelecimento; responsabilizar-se pela existência, preenchimento e atualização de todos os livros de escrituração previstos em lei e pela sua guarda sigilosa, em arquivos próprios; zelar para que os registros de dados sejam fidedignos e sem rasuras; prestar atendimento ao público; colaborar com a direção no planejamento, execução e controle das atividades escolares; manter sigilo e descrição no que se refere aos assuntos internos da escola e vida escolar dos alunos; recolher, selecionar, classificar, codificar e catalogar todos os documentos que circulam ou que devem ser arquivados; expedir avisos, correspondências e cartazes; redigir correspondências que lhe forem confiadas; organizar e manter em dia a coletânea de Leis, Regulamentos, Diretrizes, Ordem de Serviços, Circulares, Resoluções e demais documentos; organizar e manter em dia os protocolos, os arquivos escolares e os registros de assentamento dos alunos, de forma a permitir, em qual época, a verificação; coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes a matrículas, transferência e conclusão de curso dos alunos; comunicar à direção, toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria; visar diariamente o ponto do pessoal docente, técnico e administrativo; secretariar reuniões de caráter administrativo e pedagógico.

Ao Auxiliar de Serviço Escolar compete: efetuar a limpeza e manter em ordem as instalações escolares; zelar e controlar os materiais e produtos necessários ao bom desempenho de suas funções; efetuar tarefas correlatas à sua função; servir a merenda escolar e desjejum, observando as normas de higiene; informar ao diretor a necessidade de reposição de estoque; conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho procedendo a limpeza e arrumação; manter sigilo e discrição ao que se refere aos assuntos internos da escola e da vida escolar do aluno.

Ao disciplinário compete acompanhar, inspecionar e orientar o aluno quanto ao seu comportamento no âmbito escolar; relatar ao cargo competente os casos de indisciplinas para que sejam tomadas as medidas devidas; apoiar professores, alunos e demais funcionários no que for necessário.

É importante ressaltar que todo trabalho realizado dentro da escola independentemente do segmento a que pertença (pedagógico, administrativo ou apoio, secretário, auxiliar de serviço e outros) seja voltado para o pedagógico, uma vez que o corpo docente é o eixo central da escola. Conforme Lück (2006) “O processo educacional se assenta sobre o relacionamento de pessoas, orientado por uma concepção de ação conjunta e interativa” (LÜCK, 2006, p.98).

Os demais segmentos da comunidade devem envolver em um trabalho coletivo, ou seja, o desenvolvimento integral do aluno. Conflitos existentes prejudicam o desenvolvimento do educando. Reuniões, encontros periódico são meios de interação família/escola para esclarecimento de metas e estratégias. Contamos ainda quando necessário, com órgãos externos de apoio junto a resoluções de conflitos nas relações interpessoais no ambiente escolar como: Conselho Tutelar, órgãos públicos (CRÁS, Promotoria pública da Infância e Juventude, Polícia Militar e Guarda Municipal). Todas as decisões são tomadas respeitando o ECA (2005), o Regimento Escolar (1997) e em conjunto com a família do educando.

Em relação à presença dos pais no interior das escolas, seja por meio da participação em instâncias regulares (consultivas ou deliberativas), seja em outras atividades promovidas com finalidades diversas, as pesquisas tem ressaltado a importância dessa participação. (DOURADO, 2010, p. 23)

Sabe-se que escola e família possuem características próprias, por isso precisam conhecer e estar integradas. Eventos abertos à comunidade, tais como: Festas, Gincanas, Feiras, Exposição de atividades desenvolvidas (projetos), palestras, entre outros, fazem acontecer essa integração. Os vários mecanismos utilizados na integração escola/família terão como objetivos; desenvolver atitudes favoráveis à participação efetiva dos pais na tarefa educativa, ou seja, contribuindo para o processo de integração escola/família/comunidade.

Acontecem de maneira efetiva no decorrer do ano, entrevistas com os pais, reuniões trimestrais para entrega dos resultados do desempenho das turmas. Sendo um momento aberto onde oportuniza questionamentos, e se estabelece

parcerias com as famílias para um melhor acompanhamento da vida escolar dos filhos.

8. AVALIAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovada em 1996 determina em seu art. 24, inciso V, alínea “a” que a avaliação seja contínua e cumulativa, e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma forma, os resultados obtidos pelo educando ao longo do ano escolar devem ser mais valorizados que a nota da avaliação final. Essa forma de avaliar põe em questão não apenas um projeto educacional, mas uma mudança social.

O texto da LDBEN estabelece também a exigência de avaliação do ensino privado pelo poder público (Lei nº 9.394/1996, art.7º, II) e atribui à União, em colaboração com os demais sistemas de ensino, a incumbência de assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar na Educação Básica e na Superior (Lei nº. 9.394/1996 art.9, VI). Nesses dispositivos, a Lei de Diretrizes e Bases refere-se à “avaliação sistêmica”. Esse tipo de avaliação é desenvolvido por diferentes sistemas de ensino no país e tem por finalidade subsidiar políticas e programas na área educacional. Exemplo: SAEB Prova Brasil, ANRESC.

No âmbito dos governos estaduais, como o de Minas Gerais, a avaliação sistêmica é realizada por meio de procedimentos próprios de aferição de proficiência do aluno: PROALFA, PROEB/SIMAVE. A avaliação é uma atividade que não existe, nem subsiste por si mesma. Ela só faz sentido na medida em que serve para o diagnóstico da execução e dos resultados que estão sendo buscados e obtidos. A avaliação é um instrumento auxiliar da melhoria dos resultados. Deve ser um instrumento que integre o processo de ensino-aprendizagem e a cada realização redirecione os objetivos e as estratégias desse processo.

A Escola Municipal “Edgar Lima” visa a formação do indivíduo de forma crítica e participativa. Nesse contexto, avaliar os educandos é também um avanço para a própria instituição, dando outros passos e apresentando novos desafios

de aprendizagem aos alunos. Trata-se, portanto, de uma redefinição dos objetivos, conciliando os problemas concretos e imediatos com conteúdos novos. As disciplinas, pela natureza de atividades que oferecem, permitem uma variedade de instrumentos de avaliação, que se processarão em forma de relatórios, pesquisa, leitura, atividades concretas in loco, produção, interpretação e análise de textos, trabalho em grupo, conversação informal, priorizando sempre o cotidiano do educando.

O processo avaliativo deverá obedecer à coordenação e a sequência do ensino-aprendizagem, bem como a Proposta Curricular; os resultados obtidos durante o ano letivo em processo contínuo devem ser incorporados num todo do aproveitamento escolar. Em síntese, deverá levar em consideração as possibilidades de aprendizagem do educando dar relevância ao espírito crítico e argumentativo, a capacidade de decodificação da realidade.

A avaliação deve ser um processo, ou seja, deve acontecer durante o ano letivo em vários momentos e de diversas formas. Os educandos podem ser avaliados, por exemplo, por um trabalho em grupo, pela observação de seu comportamento e de sua participação em sala de aula, por exercícios e tarefas de casa. Assim, o educando pode exercitar e inter-relacionar suas diferentes capacidades explorando seu potencial e avaliando sua compreensão dos conteúdos curriculares e seus avanços. Uma boa avaliação é aquela em que o educando também aprende. Para que esse processo ocorra de forma a garantir sua legitimidade para com alunos e comunidade escolar, é necessário, antes de tudo, pensar nos critérios da avaliação.

Para avaliar algum objeto é fundamental que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar, o que observar e, nem mesmo, o que perguntar. Assim, no acompanhamento corresponsável do desenvolvimento do processo educativo, cabe ao Conselho Escolar identificar os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido. (NAVARRO, 2013, p. 1)

Outra forma de avaliação utilizada pelos docentes e equipe pedagógica da Escola Municipal “Edgar Lima” é a auto-avaliação do aluno. Quando o educando avalia a si próprio, é uma ótima estratégia de aprendizagem e construção de autonomia, facilitando a tomada de consciência de seus avanços, suas dificuldades e suas possibilidades. É importante também que os educandos ajudem a escolher os modos pelos quais serão avaliados, o que traz o comprometimento de todos com a avaliação. A avaliação deve permear todo processo, antes, durante e depois. Deve ser um processo contínuo com atividades vinculadas à realidade cotidiana da sala de aula. A atual prática pedagógica exige uma nova visão de avaliação na qual os resultados sejam periodicamente analisados, para que seja possível rever planos e corrigir possíveis desvios.

Em síntese, a mudança da avaliação é fundamental para que deixe de atrapalhar a prática pedagógica e ajude a qualificá-la. Através de uma avaliação autêntica, o educador pode exercer sua atividade com amorosidade crítica, localizar efetivamente onde está o problema e lutar para superá-lo (inclusive nele mesmo- auto-avaliação), cumprindo a função radical da avaliação de aumento de potencia de vida dos educandos e educadores. É grande o desafio; porém, como dizia o poeta Fernando Pessoa “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”.

A Secretaria Municipal de Santa Luzia possui a “avaliação do desempenho profissional a institucional”. No caso, a avaliação profissional que é denominada de “avaliação de desempenho” conjuga critérios de desempenho individual do servidor com indicadores de desempenho da instituição. Ela está vinculada ao Plano de Carreira do Magistério, regulamentada na Lei nº 2.819/2008 (Estatuto Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Santa Luzia). Tem por objetivos aferir o desempenho e identificar necessidades de capacitação do servidor, promover sua adequação funcional, fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos, entre outros.

Avaliar é analisar, compreender, desvelar, descobrir, pesquisar, estabelecer correlações, ampliar a visão, aprofundar questões, dialogar, construir significados para os sujeitos e para a coletividade. Todos os envolvidos na avaliação devem acreditar no seu poder transformador e garantir o caráter educativo, formativo e emancipador do processo, partindo do pressuposto básico de que o conhecimento traz autonomia, emancipa o homem e encoraja o compromisso com as transformações. A avaliação Institucional deve sinalizar os fatores que facilitam e dificultam o processo democrático e a qualificação do sistema, visando a correção dos rumos e o comprometimento com ações inovadoras que visem ao avanço da melhoria da educação.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico continua em ação por se tratar de um processo permanente, em constante mudança. Muito se tem feito na busca do sucesso escolar de nossos alunos, como a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica para minimizar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos, participação dos profissionais em varias capacitações, o que enriquece a sua prática pedagógica. No entanto necessitamos ainda de algumas reorganizações no espaço escolar como alguns projetos importantes para a aplicabilidade da Escola de Tempo Integral e também da disponibilidade da sala de recursos multifuncionais em dois turnos, mantendo assim um atendimento adequado a todos os alunos que dela necessitam.

A implementação do Conselho Escolar na forma da lei é outro ponto de extrema importância e que precisa ser desenvolvido o quanto antes na escola Municipal “Edgar Lima”. A gestão democrática se faz com a participação de todos e os conselhos escolares são peças fundamentais para a interação da sociedade com os demais atores da educação.

A sala de informática, implantada em nossa escola através do PROINFO ainda não está sendo utilizada, pois demanda profissional para o seu funcionamento e a Secretaria Municipal de Santa Luzia ainda não o disponibilizou. O laboratório de informática é um recurso pedagógico importante, pois é facilitador da aprendizagem.

Vimos à necessidade de priorizar um conhecimento libertador, acessível e inovador, pois os novos paradigmas da educação exige isso. O espaço escolar vem sofrendo modificações positivas e as instituições de ensino devem estar atentas a esse novo rumo. A função legítima da escola vem tomando cada vez mais espaço, o de formar cidadãos críticos, integrantes e atuantes em uma sociedade democrática.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº.9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF: 1996.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, nº 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod>
Acesso em 12 de maio de 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 28/04/2013

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida Brasil: MEC/INEP: **A qualidade da educação**: Conceitos e definições. 2010. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod>
Acesso em 27/04/2013

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. Belém - Pará, 2001.

Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/>

Acesso em 22 de maio de 2013.

KALOUTIAN, Silvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** – versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

LOPES, Alice Cassimeiro. Discursos nas políticas de Currículo, Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez. 2006. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/>

NAVARRO, Ignez Pinto. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. MEC/SEB. Volumes 1, 2, 3, 4 e 5. Brasília, DF: 2004.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al). Avaliação: O processo e o produto. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod>

Acesso em 24 de maio de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. 2010. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/>
Acesso em 19 de abril de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. Decreto Municipal 2007/2008. Cria o Fundo Rotativo do Projeto de Manutenção das Escolas Municipais. Dispõe sobre a utilização de verbas para manutenção das escolas municipais. Santa Luzia, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. Lei nº. 1.984/97. Regimento Escolar. Conselho Municipal de Educação. Santa Luzia, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. Resolução 02/2004 de 27 de agosto de 2004. Implementa o Ensino Fundamental de nove anos. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. Santa Luzia: 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. 2010.

Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/>

Acesso em 22 de maio de 2013.